



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1140>

Em defesa das intuições: Uma resposta a Rolla

In defense of intuitions: A reply to Rolla

Gregory Gaboardi¹

Resumo

Rolla (2021) argumentou que a prática de avaliar teorias epistemológicas com base em intuições geradas pela consideração de certos casos, como os cenários hipotéticos envolvendo cérebros encubados, clarividentes e anjos da guarda epistêmicos, é um erro. Um erro que, uma vez reconhecido, faria com que os problemas e métodos que ocupam a epistemologia mudassem significativamente. Neste artigo, defendo que a argumentação de Rolla não se sustenta: há falhas no modo como Rolla caracteriza o uso das intuições, as suposições de Rolla podem gerar consequências implausíveis e há um contraexemplo para as alegações dele. Portanto, epistemólogos podem manter os problemas e a metodologia que Rolla critica.

Palavras-chave: Intuições. Epistemologia. Experimentos mentais. Metodologia. Naturalismo.

Abstract

Rolla (2021) argued that the practice of evaluating epistemological theories based on intuitions yielded by the consideration of some cases, like hypothetical scenarios with envatted brains, clairvoyants and epistemic guardian angels, is a mistake. A mistake that, once recognized, would make the problems and methods that occupy epistemology change significantly. In this paper, I hold that Rolla's argumentation doesn't stand up to scrutiny: he mischaracterizes the use of intuitions, Rolla's assumptions may yield implausible consequences and there is a counterexample to his claims. Therefore, epistemologists can keep the problems and the methodology that Rolla criticizes.

Keywords: Intuitions. Epistemology. Thought experiments. Methodology. Naturalism.

¹ Doutor em Filosofia pela PUCRS.

E-mail: ggaboardi@outlook.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1651-0350>

1 Introdução

Será que alguém já pensou, em seus instantes finais, que deveria ter passado mais tempo discutindo na internet? Difícil, mas difícil saber. Seja como for, provavelmente você não investigaria essa questão. Provavelmente ela não entraria na sua agenda de problemas. Uma razão pela qual não entraria é você considerar que não poderia ter as evidências ou capacidades (de raciocínio e memória, entre outras) necessárias para saber a resposta. Essa seria uma razão evidencial para não investigar a questão. Outra razão é você não ter interesse nela ou, de qualquer modo, considerar que, embora tenha ou pudesse ter as evidências ou capacidades necessárias, não valeria a pena o trabalho para obter ou usar essas evidências ou capacidades, ou a recompensa por saber a resposta. Não seria impossível saber, mas seria um mau negócio dados seus interesses e recursos. Essa seria uma razão pragmática para não investigar a questão.

Razões pragmáticas para policiar uma agenda de problemas costumam ter âmbito pessoal. Uma pergunta como “Sapos podem imitar sons de outros animais?” não está na minha agenda por razões pragmáticas, mas não penso que tais razões impedem que ela possa estar na agenda de alguém razoável. O mesmo vale para perguntas filosóficas. Não investigo a resposta para uma pergunta como “Mundos logicamente impossíveis existem?” por razões pragmáticas, mas nem por isso policiaria o que metafísicos têm pesquisado. É preciso estar um tanto perto da aposentadoria para assumir que razões pragmáticas para vetar perguntas da sua agenda valem para vetar perguntas da agenda da comunidade filosófica inteira. Confundir razões pragmáticas com razões evidenciais pode ter o mesmo efeito, mas nesse caso a causa costuma ser absorção excessiva de Quine ou de Wittgenstein. E não é que razões pragmáticas para policiar a agenda filosófica comunitária não possam ser boas, só que são bastante arriscadas. Já razões evidenciais com o mesmo objetivo são menos arriscadas. Isso é assim porque normalmente o que faz com que um filósofo não possa ter evidências ou capacidade para responder certa questão faz com que muitos, potencialmente todos, não possam ter evidências ou capacidade para respondê-la.

Rolla (2021) apresenta razões evidenciais que enxugariam a agenda filosófica comunitária.² Em particular, a agenda epistemológica ficaria mais enxuta. Talvez não mais enxuta porque Rolla indica que não busca apenas descartar problemas, mas substituir alguns. Seja como for, seria uma agenda bem diferente. Seria uma agenda naturalista na qual uma pergunta como “O que, necessariamente, é o conhecimento?” não teria espaço.³ Não haveria espaço para perguntas que, como ela, parecem exigir uma metodologia de avaliação por intuições (MAI) para serem respondidas. Outros exemplos são perguntas como “O que, necessariamente, são evidências?”, “Necessariamente, crenças incoerentes são irracionais?”, “Necessariamente, se há justificção, então há justificção não-inferencial?” e “Necessariamente, crenças falsas podem ser justificadas?”. São perguntas que dependem de intuições porque, grosso modo, as respostas para elas, uma vez que não possam ter justificção empírica ou puramente inferencial, caso possam ser justificadas em absoluto, precisarão ser justificadas, mesmo que indiretamente, por intuições. Dadas poucas suposições (como as de que há justificção não-inferencial e de que tais respostas podem ser justificadas), não há alternativa. Acontece que perguntas desse tipo, dependentes da MAI, formam a agenda epistemológica tradicional (poderíamos dizer também “agenda epistemológica contemporânea”, pois a primeira é parte da última). Essas perguntas são algumas das perguntas centrais da área, delineadoras dela. Assim, resumidamente, a argumentação de Rolla é que a agenda epistemológica tradicional depende da MAI, que a MAI é epistemicamente defeituosa (ao menos em alguns casos), e que com isso teríamos uma razão evidencial para trocar a agenda epistemológica tradicional pela agenda epistemológica naturalista, na qual a MAI estaria devidamente restringida.

Na próxima seção apresentarei com mais detalhes o argumento de Rolla. Nas seções 3, 5 e 7 apontarei falhas no modo como Rolla caracteriza o emprego da MAI e nas lições que ele tira de suas suposições. Nas seções 4 e 6 arguirei que, mesmo deixando de lado as falhas apontadas, a crítica de Rolla fracassa por ter consequências implausíveis e por haver um contraexemplo. Concluirei que, embora acréscimos possam ser bem-vindos, nada deve ser subtraído ou substituído na

² Todas as referências a Rolla serão relativas ao artigo de 2021.

³ “O projeto de analisar o conceito de conhecimento deve ser radicalmente reformulado – talvez substituído por um projeto de melhor entender as nossas capacidades cognitivas como fenômenos naturais.” (Rolla, p. 27).

agenda epistemológica tradicional. O uso das intuições na avaliação de teorias pode continuar sendo realizado do jeito costumeiro. Ninguém na epistemologia precisa se desfazer de sua agenda e de sua poltrona.

2 O argumento de Rolla

O argumento de Rolla pode ser assim reconstruído (seja “INT” uma variável para intuições e “P” uma variável para proposições acerca das quais somos indagados após considerarmos casos não-familiares):⁴

(1) Se há uma intuição INT que é gerada pela consideração de casos não-familiares sobre a questão de uma proposição P ser verdadeira, então INT não é justificção para qualquer atitude doxástica sobre P.

(2) Há uma intuição INT que é gerada pela consideração de casos não-familiares sobre a questão de uma proposição P ser verdadeira.

(3) INT não é justificção para qualquer atitude doxástica sobre P. (de (1) e (2))

(4) Se INT não é justificção para qualquer atitude doxástica sobre P, então o uso da MAI em casos não-familiares envolvendo problemas epistemológicos é indevido.

(5) O uso da MAI em casos não-familiares envolvendo problemas epistemológicos é indevido. (de (3) e (4))

(6) Se o uso da MAI em casos não-familiares envolvendo problemas epistemológicos é indevido, então a epistemologia deve ser naturalizada.

(C) Logo, a epistemologia deve ser naturalizada. (de (5) e (6))

Minhas objeções principais serão contra (1) e (6), indiretamente serão contra (3) e (5). Não disputarei (2) e (4).⁵ Na próxima seção discutirei (6), depois discutirei (1). Vale notar que, conforme Rolla (p. 22) assinala, provavelmente sua crítica da MAI se aplicaria para usos dessa metodologia em problemas de outras áreas, como a filosofia da mente. A reforma proposta por Rolla nas agendas filosóficas ameaça

⁴ Optei por apresentar parte da argumentação de Rolla de forma esquemática porque Rolla pretende que suas considerações se apliquem para uma porção indefinida de intuições e casos. Minhas objeções trabalharão no mesmo grau de generalidade.

⁵ (2) é disputável: há quem negue que filósofos se apoiem em intuições na reflexão filosófica ou especificamente quando apelam para experimentos mentais (cf. Deutsch, 2016, Horvath, 2022), que incluem alguns dos casos não-familiares. Mas, deixarei esse pessoal de lado.

ser ampla. Contudo, tratarei apenas da epistemologia (e por isso ela é o alvo da conclusão em minha reconstrução do argumento).

A MAI é descrita por Rolla como procedendo da seguinte maneira:

1. Inicialmente, um conjunto de casos familiares e essencialmente não-problemáticos de atribuição de conhecimento F é selecionado.
2. A teoria T é apresentada para explicar os casos em F.
3. Um interlocutor apresenta um contraexemplo C, que é hipotético e potencialmente remoto – isto é, radicalmente distinto dos casos ordinários ou familiares. T oferece um veredicto intuitivamente inadequado acerca de C. Isto é, T falha em satisfazer (ii), seja por implicar que o agente possuiria conhecimento quando nossa avaliação intuitiva é de que ele não possuiria, ou por implicar que ele não possuiria, quando nossa intuição diria o contrário.
4. A teoria T é refinada para dar conta de C, dando origem a T'.
5. Um interlocutor apresenta um contraexemplo C' a T', que mostra que ela novamente não satisfaz (ii).
6. Os passos 4 e 5 são repetidos exaustivamente, até que T ou suas derivações sejam rejeitadas ou se tornem uma mera curiosidade histórica. (Rolla, p. 23)

Nesse trecho, satisfazer (ii) é “Ser resistente a contraexemplos que examinam casos *não-familiares* de atribuições de conhecimento.” (Rolla, p. 22, ênfases do original). Vejamos mais detidamente o que está sob discussão, começando pelas premissas (5) e (6).

Problemas epistemológicos são as perguntas tradicionalmente investigadas por epistemólogos, que costumam envolver conceitos como os de conhecimento, de justificação, de racionalidade, de evidência, entre outros. Uma pergunta como “Uma crença justificada precisa ser formada por um processo confiável de formação de crenças?” é um problema epistemológico. Uma resposta “sim” (ou “não”) para ele tipicamente é apoiada por intuições. Do modo como Rolla entende a MAI, um problema epistemológico paradigmático no qual ela é usada é expresso por “O que é o conhecimento?”. Como a resposta para essa pergunta depende, por hipótese, de como respondemos perguntas da forma “S sabe que P?” (onde “S” e “P” são variáveis para sujeitos e proposições quaisquer, respectivamente), ela depende de intuições. Afinal, uma resposta “sim” (ou “não”) para uma pergunta da forma “S sabe que P?” (como “Moore sabia que tinha duas mãos?”) será, tipicamente, apoiada por intuições (em particular quando consideramos sujeitos ou cenários meramente hipotéticos).

Intuições são matéria de controvérsia, mas acompanharei Rolla em uma concepção ecumênica delas: entenderei intuições como disposições para crer ou estados mentais nos quais certas proposições nos parecem verdadeiras.⁶ Assim, se ao considerar se uma crença justificada precisa ser formada por um processo confiável de formação de crenças, você está inclinado a responder “sim” ou tem um estado mental que é tal em que isso lhe parece verdade, você está tendo uma intuição. Diante de muitos problemas epistemológicos esse processo ocorrerá. Moore sabia que tinha duas mãos? Provavelmente você está inclinado a responder “sim” ou lhe parece verdade que ele sabia. Isto é, provavelmente você tem a intuição de que ele sabia. Podemos saber proposições da forma “S sabe que P” sem ser com base em intuições (pode ser por testemunho), mas intuições sempre estão presentes quando obtemos esse tipo de conhecimento em primeira mão, mesmo que algo da percepção, da introspecção ou de outra fonte de conhecimento (ou justificação) também seja necessário. Precisamos saber que Moore existiu para saber que ele sabia algo, e não podemos saber que ele existiu só com base em intuições.

Por contraste, para responder às perguntas da forma “Possivelmente, S sabe que P?” (ou saber proposições da forma “Possivelmente, S sabe que P”), frequentemente podemos contar somente com intuições (e elas bastam). Digo “frequentemente” porque em geral é possível inferir uma proposição da forma “Possivelmente P” de uma proposição conhecida P. Se você sabe que Moore sabia que tinha duas mãos, então você pode saber com base nisso que, possivelmente, Moore sabia que tinha duas mãos. Porém, dado que você pode saber, de modo não-inferencial, que, digamos, poderia existir lasanha de sorvete, há casos em que você pode saber proposições da forma “Possivelmente P” puramente com base em intuições. Sem qualquer inferência. Sem que P seja ou precise ser atualmente verdadeira. Isso naturalmente abrange instâncias de “Possivelmente, S sabe que P”. Na epistemologia é comum que a modalidade seja omitida, mas muitas vezes quando alguém pergunta algo da forma “S sabe que P?” o que está sendo perguntado é, na realidade, algo da forma “Possivelmente, S sabe que P?”. Assim, quando um epistemólogo pergunta “Moore sabia que tinha duas mãos?”, o que ele pode

⁶ Para uma discussão panorâmica da literatura sobre intuições, cf. Pust (2017). Embora Rolla busque adotar uma concepção ecumênica, ele assume o conceitualismo sobre intuições (basicamente, a tese de que a competência conceitual é fundamental na natureza das intuições). Penso que o conceitualismo é falso (cf. Chudnoff, 2013), mas não discutirei ele aqui e minhas objeções não dependerão disso.

realmente estar perguntando é “É possível que Moore soubesse que tinha duas mãos?”. Para saber a resposta dessa pergunta não precisamos saber se Moore de fato existiu ou se tinha duas mãos, podemos apenas supor que essas coisas sejam verdade. As intuições por si só embasarão o conhecimento dessa proposição, ainda que façam isso de modo falível (também assumirei a falibilidade das intuições, o que hoje é a ortodoxia).

Outra parte importante do argumento de Rolla são os casos familiares e não-familiares. Casos familiares são as circunstâncias mais comuns ao longo da história em que, no mundo atual, conceitos epistêmicos, em particular o de conhecimento, têm sido adquiridos e aplicados. Casos não-familiares diferem dos familiares por envolverem objetos (incluindo sujeitos), propriedades ou eventos que não são comuns no mundo atual, sobretudo nas circunstâncias de aquisição dos conceitos relevantes. Rolla é um tanto impreciso sobre o que diferencia o familiar do não-familiar: casos familiares são os estatisticamente mais frequentes nas circunstâncias relevantes? Modalmente mais próximos dos casos do mundo atual sob um critério de semelhança? Semelhança em qual aspecto?

Usarei essa imprecisão contra Rolla adiante. Contudo, para fins de discussão, podemos nos apoiar em intuições sobre casos para fazer a diferenciação. Em geral, parece que contariam como familiares casos de atribuição de conhecimento envolvendo seres humanos com as características típicas da espécie, em ambientes tipicamente habitados por humanos, nas condições em que tipicamente nos encontramos. Se nos perguntarmos se “S sabe que P?” considerando casos como os de você saber que horas são agora, de seus parentes saberem que você votou nas eleições passadas ou de franceses não saberem que o relativismo é falso, estaremos considerando casos familiares, ainda que com graus variados de familiaridade. Se nos perguntarmos se “S sabe que P?” considerando casos como os de você saber que não é um cérebro encubado preso em uma simulação, de seus parentes saberem que não são jacarés iludidos de serem pessoas por causa de uma vacina ou de franceses saberem que Descartes não foi na verdade um homem do pântano (gerado após um raio atingir um cachimbo com haxixe), estaremos considerando casos não-familiares, ainda que com graus variados de não-familiaridade.

3 Contra (6)

Os casos que ocupam os epistemólogos são ou precisam ser tão não-familiares quanto Rolla alega? A imprecisão dele na diferença entre familiar e não-familiar diminui o poder dialético do seu argumento. A alegação de Rolla é que certos casos são não-familiares no sentido de envolverem cenários muito diferentes daqueles em que costumamos adquirir e usar o conceito de conhecimento.⁷ Contudo, o mundo atual, em que nos tornamos competentes no uso dos conceitos, em particular o de conhecimento, parece ser mais complexo, esquisito e imprevisível do que Rolla permite que seja para seu argumento funcionar. A esquisitice do mundo atual torna implausível que nenhum caso hipotético como os que povoam a epistemologia possa estar suficientemente próximo da realidade. Alguns provavelmente estão próximos. Afinal, temos que manter em vista que o mundo atual é um mundo em que há parapsicólogos e terraplanistas. Em que há pessoas que dizem ter visto fantasmas e indivíduos que acreditam ser vampiros. Pior ainda: um mundo em que há pessoas que dizem que a consciência não existe e indivíduos que acreditam que Heidegger foi um filósofo genial. O ambiente em que nos tornamos competentes no uso do conceito de conhecimento é um ambiente esquisito que parece ficar cada vez mais esquisito. É um ambiente em que hoje nos perguntamos se gatos, inteligências artificiais ou instituições políticas possuem conhecimento, e não nos perguntávamos algumas dessas coisas décadas atrás, ao menos não fora da filosofia e da ficção científica. O ambiente artificial de ontem pode ser o ambiente natural de amanhã.

Além disso, apesar de filósofos usarem casos não-familiares, isso frequentemente tem função retórica ou didática em vez de argumentativa: pode haver casos familiares que poderiam cumprir o mesmo papel ou, eventualmente, sequer é necessário haver algum caso hipotético, familiar ou não. O caso dos celeiros falsos (Goldman, 1976) é um tanto não-familiar, mas casos análogos envolvendo usos do Zoom, com telas onde há fundos falsos de estantes com livros, em torno de uma tela com um fundo onde está exposta uma estante com livros genuína, não seria

⁷ “Na perspectiva que eu estou avançando aqui, o uso de um conceito é ligado a seu histórico, a uma prática que teve origem em dificuldades taxonômicas concretas. Desse modo, a resposta intuitiva sobre a presença de um estado epistêmico não é confiável em casos que não guardam continuidade com aqueles que deram origem à competência na aplicação do conceito em questão.” (Rolla, pp. 23-4)

não-familiar. Ou ao menos não seria igualmente não-familiar. Isso não é uma excepcionalidade. Com um pouco de imaginação é possível encontrar versões familiares para casos Gettier e similares. Fora que não é como se casos não-familiares, substituíveis ou não, dominassem a epistemologia: a literatura sobre ser possível haver conhecimento inferencial baseado em crença falsa (cf. Alves, 2021), que é vasta, está cheia de casos familiares. Exemplo (Klein, 2008): os pais de uma menina asserem para ela que Papai Noel deixará presentes sob o pinheiro na véspera de Natal. Com base nessa crença, que é falsa, ela infere que haverá presentes sob o pinheiro na véspera de Natal, o que é verdade. É comum que a consideração desse caso gere a intuição de que a menina sabe que haverá presentes sob o pinheiro na véspera de Natal, o que apoia a tese de que pode haver conhecimento inferencial baseado em crença falsa. Não precisamos entrar no mérito do caso. Seguramente é um caso familiar, e casos assim não são raros na epistemologia.

Algo mais atípico ocorre quando alguém mostra que uma alegação, cujo apelo repousava na consideração de um caso não-familiar, pode ser defendida sem que se considere qualquer caso. Yli-Vakkuri (2017) estabeleceu isso em relação ao externismo semântico, cujo apoio intuitivo não depende de considerarmos o caso da Terra Gêmea, um caso não-familiar paradigmático. Ele mostrou que esse apoio também pode vir da consideração de alguns princípios que implicam o externismo semântico. Mais pertinentemente para a epistemologia, Williamson (2013) e Cohen & Comesaña (2013) mostram como estabelecer a lição dos casos Gettier (que conhecimento não é crença verdadeira justificada) sem apelar para casos Gettier, usando apenas modelos em lógica epistêmica. Note-se que nenhum desses autores pode ser considerado suspeito de ser partidário da naturalização da epistemologia defendida por Rolla (Williamson, em particular, é crítico declarado do naturalismo).⁸ Pode ser difícil determinar que um caso não-familiar seja essencial para apoiar certa alegação mesmo quando o caso cumpre uma função argumentativa e é bem-sucedido.

Nesses casos sem experimentos mentais ou sem hipóteses mirabolantes, parece que MAI continua sendo usada dado que as teses relevantes continuam sendo avaliadas em função de como se ajustam com intuições. Mas, nesses casos, não parece haver risco de a MAI estar sendo usada fora do ambiente natural de uso

⁸ Cf. Williamson (2021, cap. 11).

do conceito relevante. A objeção aqui é, portanto, que casos não-familiares podem não ser de fato remotos e que, independentemente disso, não são rigorosamente necessários para os usos da MAI na agenda epistemológica tradicional. Seja por não ser necessário que sejam não-familiares, seja por casos hipotéticos não serem necessários em absoluto.

Talvez nessas circunstâncias em que não há intuições sobre casos, ou em que os casos são familiares, Rolla alegasse que MAI não está sendo usada, e sim alguma outra metodologia baseada em intuições. Ou talvez Rolla alegasse que MAI não seria indevida nessas condições.⁹ Contudo, se for assim, a crítica de Rolla é mais inofensiva para a agenda epistemológica tradicional do que ele anuncia. Se for assim, (6) é falsa. Afinal, mesmo que aceitássemos que o uso da MAI em casos não-familiares envolvendo problemas epistemológicos é indevido, poderíamos continuar investigando da poltrona se pode haver conhecimento inferencial baseado em crença falsa ou se conhecimento é crença verdadeira justificada, entre várias outras questões similares. Questões que são próprias da agenda tradicional. Poderíamos fazer isso sem prejuízo, e sem adotar a agenda naturalista, amparados por casos familiares ou por modelos formais, por exemplo. Poderíamos fazer isso sem adotar a agenda naturalista porque já fazemos isso sem adotar a agenda naturalista.

4 O coração do argumento de Rolla

Ainda que o mundo tenha muitas peculiaridades e que epistemólogos frequentemente proponham casos familiares, podemos concordar que há hoje na epistemologia casos não-familiares sendo apresentados para gerar intuições e que tais intuições são tomadas como evidência para avaliar teorias. Podemos também concordar que isso tudo não é completamente periférico ou incidental para a área e sua agenda. Consequentemente, ainda que Rolla exagere no quanto a epistemologia contemporânea estaria ameaçada por sua crítica, ele não está completamente enganado nesse aspecto. É provável que intuições de fato sejam usadas por aí do

⁹ “Pelo contrário, é razoável que uma intuição ofereça a avaliação correta quando nos deparamos com um caso comum ou ordinário de atribuição de conhecimento, visto que, precisamente, são casos desse tipo que a habilidade conceitual de um agente foi desenvolvida para discriminar. O ponto aqui diz respeito à função metodológica que intuições cumprem na empreitada epistemológica contemporânea, uma função que extrapola a propriedade de intuições.” (Rolla, p. 25)

modo que ele julga que não seja parcimonioso ou adequadamente restringido. Negar que isso seja um defeito na epistemologia tradicional acaba sendo mais importante, como resposta ao argumento de Rolla, do que negar que isso esteja ocorrendo na forma e nas proporções que Rolla descreve ou sugere. Isto é, mesmo que (6) seja falsa, se algo na vizinhança dela for verdade e se (5) for verdadeira, o argumento de Rolla ainda seria uma crítica significativa da epistemologia tradicional.

A premissa (5), entretanto, depende em especial da premissa (3), uma vez que (4) é pacífica. Assim, retomemos o coração do argumento geral de Rolla, as premissas (1)-(3), agora formuladas como um sub-argumento:

(1) Se há uma intuição INT que é gerada pela consideração de casos não-familiares sobre a questão de uma proposição P ser verdadeira, então INT não é justificção para qualquer atitude doxástica sobre P.

(2) Há uma intuição INT que é gerada pela consideração de casos não-familiares sobre a questão de uma proposição P ser verdadeira.

(3) Logo, INT não é justificção para qualquer atitude doxástica sobre P.

A ideia aqui é que, digamos, ter a intuição de que um cérebro encubado não saberia que árvores existem, ainda que ele tenha crença verdadeira sobre isso, não justificaria a crença de que um cérebro encubado não saberia que árvores existem. Mais explicitamente, ter uma intuição apoiando a verdade da proposição expressa por “Necessariamente, um cérebro encubado não sabe que árvores existem”, gerada pela consideração de um caso não-familiar onde um cérebro encubado crê verazmente que árvores existem, não justifica a crença nessa proposição. Por “justificção” entendo algo que apoia a verdade de uma proposição ou que torna epistemicamente racional alguma atitude doxástica sobre essa proposição. Adotarei uma concepção ecumênica de justificção. Também não diferenciarei justificção de evidência. Por “atitude doxástica” entenderei crença, descrença ou suspensão de juízo. Poderíamos falar de graus de crença, mas isso não afetaria a discussão.

Assim, a ideia principal no sub-argumento, em resumo, é que ter uma intuição relevante para P, seja apoiando sua verdade ou sua falsidade, gerada pela consideração de um caso não-familiar, não torna epistemicamente apropriado que você tenha qualquer atitude doxástica sobre P. Isso não significa que não exista atitude apropriada para você ter sobre P (talvez seja a suspensão de juízo), significa

apenas que não há atitude que seja apropriada em virtude de alguma intuição gerada pela consideração de um caso não-familiar.

5 Um desvio exegético com algumas objeções

O problema todo está na premissa (1). Antes de defender isso, porém, considerarei trechos do artigo de Rolla que sugerem que minha interpretação da posição dele não seja caridosa. Um trecho é este:

Dos pontos de vista epistemológico e metodológico, assume-se que respostas intuitivas são *mais confiáveis* ou *mais bem estabelecidas* do que a teoria examinada, pois, em um eventual conflito entre teoria e intuição, tipicamente a intuição permanece e a teoria é revisada ou até mesmo abandonada. [...] Portanto, contra MAI, devemos conceber intuições como *insuficientes* para avaliar a adequação de uma teoria se o caso proposto é dissociado dos casos ordinários de emprego conceitual. (Rolla, p. 23-5, ênfases minhas)

As qualificações feitas por Rolla permitem interpretar que ele não está disputando que intuições sejam justificadas quando são geradas pela consideração de casos não-familiares. Ele não estaria negando que elas tenham peso evidencial. Estaria disputando apenas que, nesses casos, elas tipicamente sejam justificadas melhor do que a justificativa que apoiaria as teorias examinadas, ou que sejam suficientes para justificar a rejeição dessas teorias. Assim, adotando essa interpretação, a posição de Rolla seria consistente com a tese de que intuições têm peso evidencial, que são justificadas em alguma medida até nos casos não-familiares. Elas seriam apenas um tipo inferior de evidência ou justificativa. Essa suposta inferioridade ou insuficiência teria que ser esclarecida, mas seria uma alegação inteligível.

Antes de avaliar a adequação dessa interpretação, contudo, tenho reservas acerca do que Rolla diz na citação. Discordo de Rolla que tipicamente epistemólogos assumam que intuições devem prevalecer contra as teorias com que conflitam. Para fins de discussão, digamos que o critério oficial para uma intuição não ser teórica seja ela ser gerada pela consideração de um caso que é um contraexemplo para uma teoria, mas que não depende de nenhuma teoria específica para ser formulado. Discordo da caracterização feita por Rolla da prática epistemológica porque, mesmo que esse critério oficial fosse consenso entre os adeptos da MAI na agenda

epistemológica tradicional, não haveria a suposição atribuída por Rolla de que intuições que não são teóricas devem sempre prevalecer contra teorias. Muita divergência persistente entre epistemólogos existe exatamente porque não há essa suposição sendo partilhada. É uma divergência que exemplifica a famosa oposição entre duas tendências metodológicas: particularismo e metodismo (cf. Carter & Sosa, sec. 3.1, 2022, Kelly, 2005). Historicamente, particularistas dão mais peso para intuições não-teóricas, geradas pela consideração de casos, enquanto metodistas dão mais peso para intuições teóricas, geradas pela consideração de princípios e definições. Representantes de ambas as tendências podem usar a MAI e trabalhar com casos não-familiares, de forma que, ao contrário do que a caracterização feita por Rolla insinua, epistemólogos tradicionais não precisam ser particularistas obsessivos. Os próprios particularistas não precisam ser particularistas obsessivos. Tampouco metodistas precisam negar o peso evidencial de intuições não-teóricas, ainda que quem aceita alguma forma de ceticismo sobre intuições não-teóricas tenda a ser metodista.

Retomando a questão da interpretação, acerca da inferioridade ou insuficiência das intuições, neste trecho Rolla faz mais uma qualificação, mas que agora se aplica para teorias:

[...] o problema está na expectativa de que uma teoria *deve ser resistente a contraexemplos* que examinam casos hipotéticos e atípicos sob o pretexto de eliminação de ruído oriundo de considerações supostamente irrelevantes para a epistemologia, o que em geral acaba por tornar tais casos radicalmente diferentes dos casos ordinários de atribuição de conhecimento. (Rolla, p. 23, ênfases minhas)

Ser resistente é ser imune, invulnerável? Algo pode ser resistente ao fogo sem ser indestrutível pelo fogo. Quando epistemólogos da agenda tradicional esperam que uma teoria seja resistente a contraexemplos, o que esperam é que não existam contraexemplos fatais e óbvios ou que a teoria tenha recursos para neutralizar contraexemplos aparentes. Que seja capaz de explicar porque os contraexemplos não funcionam ainda que pareçam funcionar. Até onde sei, não esperam que não possa surgir qualquer contraexemplo, como se a evidência que apoia a teoria precisasse ser infalível e não pudesse ser anulada. Quando Rolla defende que rejeitemos a expectativa de que as teorias resistam aos contraexemplos não-familiares, a ideia dele é que rejeitemos a expectativa de que, para uma teoria ser

aceitável, seja impossível que surjam contraexemplos não-familiares? Essa é uma expectativa que ninguém razoavelmente teria. Seria inadequado interpretar que Rolla esteja defendendo isso.

A interpretação mais natural é que quando Rolla defende que rejeitemos a expectativa de que as teorias resistam aos contraexemplos não-familiares, a ideia dele é que rejeitemos a expectativa de que, para uma teoria ser aceitável, ela responda aos contraexemplos não-familiares. Para ele, não haveria ajuste evidencial necessário guiando nossa atitude sobre uma teoria diante de informação nova com essa procedência. Se for assim, não é como se, nesses casos, intuições contra a teoria fossem justificção fraca ou anulável para crer na falsidade da teoria. Elas simplesmente não seriam justificção. Não teriam peso evidencial. O problema é encaixar essa interpretação com o que Rolla diz sobre intuições serem em algum sentido “insuficientes”. Afinal, se algo é evidência insuficiente, ainda é evidência. É possível interpretar Rolla como se sua alegação principal fosse somente a de que intuições geradas pela consideração de casos não-familiares, embora sejam evidência que deva ser considerada, devem receber menos peso do que intuições ou evidências de outros tipos? Sim, é possível. Mas, se for assim, não é algo que tiraria o sono de nenhum epistemólogo da agenda tradicional. E não é uma interpretação natural ou que seja apoiada pela evidência textual total do artigo de Rolla. Portanto, interpretarei que, para Rolla, quando uma intuição não é justificção, como supostamente ocorre nos casos não-familiares, ela não é justificção em nenhuma medida. Não tem peso evidencial algum.

Neste trecho Rolla alega que seria uma ilusão pensar que intuições seriam capazes de cobrir *todos* os casos alternativos (suponho que “alternativo” aqui signifique o mesmo que “não-familiar”), o que sugere que não seria uma ilusão pensar que elas sejam capazes de cobrir *alguns* desses casos:

É uma ilusão pensar que intuições seriam capazes de cobrir todos os casos alternativos que possam vir a ser apresentados como teste de uma teoria, e por essa razão explicações epistemológicas não devem almejar cobrir todos os casos possíveis, imagináveis. (Rolla, p. 27).

Antes da exegese, vale dizer algo sobre a conversa da ilusão. Penso que ninguém tem a ilusão de que sempre teremos alguma intuição diante de qualquer caso, por mais não-familiar que seja. Alguns casos não funcionam ou geram

intuições em poucas pessoas. Poderia haver uma ilusão diferente: a de que toda teoria filosófica deve estar em acordo com qualquer intuição possível, por mais não-familiar que seja o caso que provoque ela. Mais sobre isso em breve. Por ora observo apenas que essa segunda ilusão também não parece comum: não encontro por aí filósofos crendo que, necessariamente, se uma teoria filosófica é verdadeira, então nenhuma intuição conflita com ela. É compreensível que filósofos não tenham essa crença: a proposição que é conteúdo dela não tem a plausibilidade imediata de um princípio epistêmico (como, digamos, “Se S sabe que P, então S crê que P”). E se houvesse intuição apoiando essa crença, não seria uma intuição gerada pela consideração de casos, familiares ou não. Faz séculos que paradoxos filosóficos mostram que, inevitavelmente, a resposta correta para alguns problemas exigirá o abandono de algumas intuições. É difícil encontrar vítimas das ilusões denunciadas por Rolla.

Feitas as objeções e identificadas algumas distorções, resta uma possibilidade de interpretação. O último trecho citado sugere que, em vez de afirmar (1), Rolla estaria alegando algo mais fraco: estaria apenas negando que, em qualquer instância de (1) — que é esquemática — se há uma intuição INT que é gerada pela consideração de casos não-familiares sobre a questão de uma proposição P ser verdadeira, então INT é justificção para alguma atitude doxástica sobre P. Talvez, como resposta diante de alguns casos não-familiares, certas intuições não tenham peso evidencial. Não justifiquem nada. Mas, nessa interpretação, Rolla estaria concedendo que pode haver circunstâncias em que uma intuição provocada por um caso não-familiar teria peso evidencial. Seria justificção para alguma atitude, como a de crer que no caso em questão o sujeito-alvo não teria conhecimento. Nessa interpretação, a posição de Rolla seria a posição mais fraca de que *nem sempre* intuições sobre casos não-familiares seriam justificção, não a posição de que *nunca* são justificção. O problema dessa posição mais fraca é ser incoerente com as demais alegações de Rolla:

Na perspectiva que eu estou avançando aqui, o uso de um conceito é ligado a seu histórico, a uma prática que teve origem em dificuldades taxonômicas concretas. Desse modo, a resposta intuitiva sobre a presença de um estado epistêmico *não é confiável em casos* que não guardam continuidade com aqueles que deram origem à competência na aplicação do conceito em questão. (Rolla, pp. 23-4, ênfases minhas)

A alegação de Rolla é que respostas intuitivas não seriam confiáveis em casos não-familiares em geral, não que não seriam confiáveis em ao menos alguns desses casos (mas talvez confiáveis em outros deles). E quando ele alega que elas não seriam confiáveis, não é que seriam pouco ou insuficientemente confiáveis, que seriam evidência fraca ou anulável. Elas não seriam justificção ou evidência em nenhuma medida. A intuição gerada sobre P pela consideração de qualquer caso não-familiar seria justificção para alguma atitude doxástica sobre P tanto quanto o temor de que um caso não-familiar se concretizasse, gerado pela consideração dele, seria justificção para alguma atitude doxástica sobre P. Ou seja, não seria. O justo, portanto, é interpretar que Rolla está comprometido com a posição mais forte e, conseqüentemente, com a premissa (1) entendida sem restrições de escopo ou qualificações substanciais.

6 Contra (1)

Segundo Rolla, intuições não têm nenhum peso evidencial em casos não-familiares. Acontece que se intuições não têm nenhum peso evidencial em casos não-familiares, então elas não têm nenhum peso evidencial em nenhum caso. Além de isso acabar por contradizer outras alegações de Rolla (para ele intuições teriam peso evidencial em casos familiares), é um resultado cético radical e implausível.

Um dos modos pelos quais podemos saber que o conhecimento é factivo (isto é, que, necessariamente, se S sabe que P, então P) é através da consideração de casos familiares. Talvez até seja o modo típico. Considere se alguém que você conhece poderia saber que $2+2=5$. Depois considere se outra pessoa que você conhece poderia saber que $2+2=5$. Agora considere se alguém que você conhece poderia saber que a Lua é feita de queijo. Depois considere se outra pessoa que você conhece poderia saber que a Lua é feita de queijo. Você pode repetir o processo com diferentes pessoas e com diferentes proposições falsas. Seguindo essa receita, o número de casos considerados pode ser enorme. Você pode fazer isso considerando apenas casos familiares, ainda assim serão vários. Presumivelmente, ao considerar cada caso você terá a intuição de que a pessoa relevante não saberia a proposição relevante. Com base nessas intuições, e talvez em alguma consideração adicional, ocasionalmente você terá justificção com base na qual poderá saber que o

conhecimento é factivo. Você poderia saber isso apenas considerando diretamente a proposição de que, necessariamente, se S sabe que P, então P? Provável. Porém, isso não impede que o caminho baseado na consideração dos casos também gere justificção para a mesma crença. Podemos saber algumas verdades matemáticas de modo direto ou pensando em maçãs e laranjas, e algo análogo se repete com os modos pelos quais podemos saber que o conhecimento é factivo. Seja como for, o crucial aqui é que, após considerar alguns casos, acomodamos a ideia de que, necessariamente, se em um caso uma proposição é falsa, então nesse caso nenhum sujeito tem conhecimento dessa proposição.

Agora considere este caso: Rui é um terraplanista dogmático. Além disso, Rui é um cérebro encubado vivendo em um planeta redondo, distante da Terra, onde está ligado em um computador controlado por cientistas malignos. Aos sábados Rui é visitado por um anjo da guarda epistêmico que, temporariamente, altera a realidade para fazer Rui ter um monte de crenças verdadeiras. Porém, isso só acontece aos sábados, nos demais dias o anjo está ocupado ajudando outras vítimas da imaginação dos epistemólogos. Assim, no resto da semana as crenças de Rui são predominantemente falsas, o que inclui a crença sobre estar em um planeta que não é redondo. Pergunta: no domingo, ao reforçar para si sua adesão ao terraplanismo, Rui saberia que está em um planeta que não é redondo?

Talvez o caso seja bizarro demais (lembrem que poderia piorar: Rui poderia ser um cérebro do pântano em um pântano cheio de celeiros falsos). Por que em um cenário tão bizarro se aplicaria um calendário semanal como o nosso? Há vários elementos nebulosos convidando dúvidas. Talvez, por isso, você não tenha nenhuma intuição sobre Rui saber (ou não) que está em um planeta que não é redondo. Há apenas perplexidade e não intuições. Sem problema: podemos eliminar alguns elementos. Digamos que não há nenhum anjo da guarda epistêmico. Ou digamos que há, mas que Rui não é um cérebro encubado. Em alguma dessas variações do caso, Rui saberia que está em um planeta que não é redondo sendo isso falso?

Tenho a intuição de que ele não saberia, suponho que provavelmente você também tem. Afinal, a crença de Rui seria falsa. Mas, se Rolla está certo, essa intuição não justifica nossa crença de que ele não saberia, pois o caso de Rui é altamente não-familiar. Isso pode ser ajustado: digamos que Rui não é um cérebro

encubado, mas um ser humano normal que, sem saber, foi capturado pelos cientistas malignos e levado ao planeta distante para ser ligado ao computador e mantido em cativeiro. Dessa vez, Rui saberia? Ainda é muito não-familiar? Em vez de um planeta distante, pode ser tudo aqui na Terra, em um futuro não tão distante, e os cientistas malignos podem inclusive ser humanos. Dessa vez, Rui saberia? Ainda não-familiar? Digamos que Rui é só um terraplanista que hoje vive na mesma cidade que você, que acredita que nosso planeta não é redondo. Presumivelmente, agora o caso será familiar. Apesar disso, eu continuaria tendo a intuição de que Rui não saberia que está em um planeta que não é redondo, tal como tinha quando, por hipótese, ele era um cérebro encubado em um planeta redondo distante. Provavelmente isso ocorra com você também. A diferença será que agora, se Rolla está certo, essa intuição justifica nossa crença sobre Rui. Segundo Rolla, em algum momento (difícil de discernir), o caso considerado se tornou familiar e a intuição gerada pela consideração dele se tornou justificção para crermos que Rui não saberia que está em um planeta que não é redondo.

Isso é bastante implausível. Não parece haver qualquer diferença genuína que possa fazer as intuições serem justificção em um caso e não no outro. Se temos justificção baseada em casos para crer que o conhecimento é factivo, então essa justificção será tal que teremos ela, para crer que um sujeito não tem conhecimento, após considerar qualquer caso, familiar ou não, onde um sujeito acredite em uma proposição falsa. A intuição de que Rui não poderia ter conhecimento, no caso não-familiar, por sua crença ser falsa, constitui evidência tanto quanto a intuição que você provavelmente tem de que você não poderia saber que $2+2=5$ porque essa crença seria falsa. Sendo assim, ou podemos saber que o conhecimento é factivo através de intuições sobre casos, e intuições justificam em casos não-familiars, ou intuições não justificam em casos não-familiars, mas não podemos saber que o conhecimento é factivo através de intuições sobre casos. E se não podemos saber que o conhecimento é factivo através de intuições sobre casos, presumivelmente uma grande porção do nosso conhecimento modal vai embora. Há quem aceite o ceticismo modal, talvez Rolla não veja mal em se comprometer com alguma variante dessa tese, mas nisso vejo razão para rejeitar a posição dele. E

seja qual for a avaliação que se tenha do ceticismo modal, o fato é que esse compromisso enfraquece dialeticamente a posição de Rolla.¹⁰

A situação piora. O problema mais profundo é que a distinção de Rolla entre casos familiares e não-familiares é arbitrária demais para fazer o trabalho que ele precisa que ela faça. Ela não é fundamentalmente diferente de uma distinção como a distinção entre casos elaborados antes do artigo de Gettier ser publicado e casos elaborados depois disso, ou entre casos pensados por filósofos estadunidenses e casos pensados por filósofos não-estadunidenses. Ela não parece tão arbitrária quanto essas duas somente por ser mais vaga, não por ser menos arbitrária. Não há resultado epistemológico significativo a ser extraído dessas distinções. O fato de um estado mental ser uma instância de justificação nunca dependerá de fatos sobre o que foi anterior aos casos Gettier, sobre o que foi pensado por filósofos estadunidenses ou sobre quando um caso é familiar. Assim, a presente objeção é que a posição de Rolla não só leva ao ceticismo modal, mas leva ao ceticismo modal por uma razão ruim, que se apoia em uma divisão arbitrária.

Porém, digamos que essa arbitrariedade seja tratável e o ceticismo modal evitável. Outra objeção para (1) é motivada por esta passagem:

Como vimos, na prática da pesquisa epistemológica, intuições são consultadas em resposta a um caso ou conjunto de casos, servindo como um teste pela adequação de uma teoria. MAI, portanto, depende da suposição de que a confiabilidade de uma resposta intuitiva é irrestrita, isto é, que ela é aplicável independente do caso que convoca uma resposta intuitiva. (Rolla, p. 23)

Na prática da pesquisa lógica e matemática, em vez da epistemológica, é muito diferente? Vejamos um raciocínio que leva ao paradoxo de Russell (cf. Deutsch & Irvine, 2020): assumimos o axioma de que, dada alguma propriedade especificada F (como ser verde), teremos um conjunto cujos elementos serão as

¹⁰ Para mais discussão sobre o ceticismo modal, cf. Mallozzi, Vaidya & Wallner (2023, sec. 3). Um revisor protestou que talvez esse resultado cético seja buscado por Rolla, mas isso não é óbvio uma vez que Rolla diz que “[...] a dificuldade central não é o uso parcimonioso de intuições, mas sim o uso irrestrito, sem continuidade com as situações reais para as quais essas intuições foram desenvolvidas.”. Rolla é explícito sobre aceitar que a MAI pode gerar conhecimento em casos familiares, o que presumivelmente pode incluir casos envolvendo proposições modais. O revisor protestou também que talvez esse ceticismo não seja visto como um problema de modo mais geral, mas minha objeção aqui não pretende persuadir o cético e seus simpatizantes, o ponto dela é apenas que, para quem não é cético, deveria parecer implausível que não possamos obter conhecimento modal acerca da factividade do conhecimento conforme descrito.

coisas que são F. Podemos aplicar o conceito de conjunto em conformidade com esse princípio. Seguindo ele, podemos considerar casos familiares em que o conceito de conjunto se aplicaria (para o conjunto de coisas verdes) ou não se aplicaria (para uma folha de alface). Sem problemas nesses casos. Contudo, podemos também considerar se o conceito se aplicaria uma vez que a propriedade especificada fosse não ser elemento de si. Considerando esse caso, chegaríamos ao paradoxo: um conjunto cujos elementos são os conjuntos que não são elementos de si não poderia ser elemento de si (pois não ser elemento de si é sua propriedade definidora), mas se ele não for elemento de si ele será, por definição, elemento de si. Contradição.

Uma reação possível (a mais tradicional) é negar o princípio de que, dada alguma propriedade especificada F, teremos um conjunto cujos elementos serão as coisas que são F (que é o axioma da compreensão na forma irrestrita). Essa reação pode ser vista como uma aplicação da MAI contra uma tese, e seria uma aplicação baseada na consideração de um caso não-familiar: um axioma é rejeitado em função de implicar que certo conceito se aplicaria em um caso bem diferente daqueles em que tipicamente é aplicado, quando temos a intuição de ele não deveria se aplicar uma vez que isso geraria contradição. Como dito, essa é a reação mais tradicional entre lógicos e matemáticos. Portanto, presumivelmente o que Rolla descreve no trecho citado valeria também para práticas de pesquisa em outras áreas.

Minha objeção deve estar óbvia: se raciocínios que levam ao paradoxo de Russell usam a MAI em um caso não-familiar e tais raciocínios não são epistemicamente defeituosos em virtude disso, então raciocínios epistemológicos, envolvendo o conceito de conhecimento, que usam a MAI em casos não-familiares, não são epistemicamente defeituosos em virtude disso também. Como visto, os raciocínios que levam ao paradoxo de Russell usam a MAI em um caso não-familiar e, plausivelmente, não são epistemicamente defeituosos em virtude disso. Logo, raciocínios epistemológicos, envolvendo o conceito de conhecimento, que usam a MAI em casos não-familiares, não são epistemicamente defeituosos em virtude disso.

Rolla pode negar que o raciocínio que leva ao paradoxo de Russell usa a MAI em um caso não-familiar para o conceito de conjunto. Isso é implausível porque se até um caso em que um conceito colapsa pode ser um caso familiar de aplicação desse conceito, então o que conta como familiar virou bagunça. Se o conceito de

calvo, que é um conceito vago paradigmático, é usado no mínimo sob a suposição de que ele não colapsa diante de casos familiares, povoando o mundo atual com calvos não-calvos, por que seria diferente com o conceito de conjunto? Talvez Rolla aceitasse que o caso em questão seria não-familiar, mas afirmasse que não se trata de um uso da MAI. Note-se que no caso do paradoxo não foram realizados os passos 5 e 6 de aplicação da MAI descritos por Rolla. Mas, esses passos são meras iterações de passos anteriores, e seria uma reação desesperada, da parte de Rolla, estipular que a MAI conforme descrita por ele não poderia ser aplicada fora da filosofia, ou negar que a ausência dos passos 5 e 6 impeça a aplicação dela no caso em questão. Assim, não vejo qualquer razão para negar que a MAI, ou algo suficientemente similar, tenha sido ou possa ser usada no caso do paradoxo de Russell.

Rolla pode alegar que o raciocínio que leva ao paradoxo, na realidade, é epistemicamente defeituoso. Entretanto, alegar que os raciocínios que levam ao paradoxo são epistemicamente defeituosos precisamente porque levam ao paradoxo não é uma opção para Rolla. É porque há justificação transitando pelos raciocínios que o paradoxo se coloca. Não é como se não houvesse justificação para crer em nenhuma das proposições relevantes, o problema é exatamente adquirir justificação para crer em proposições contraditórias. No caso do conceito ingênuo de conjunto, a ideia é que temos justificação para crer tanto que o conjunto relevante seria elemento de si quanto que não seria elemento de si, embora o caso seja não-familiar. Não é um caso em que não há justificação para crer em nada. Temos a intuição de que não pode haver o conjunto contraditório, que prevalece e justifica a crença de que não pode haver esse conjunto e que, conseqüentemente, justifica a rejeição do axioma relevante. Em última análise, seria absurdo negar que o paradoxo de Russell tenha peso evidencial contra a teoria dos conjuntos ingênuo por depender de um caso não-familiar.

Por fim, Rolla pode aceitar que os raciocínios que levam ao paradoxo de Russell usam a MAI em um caso não-familiar e que não são epistemicamente defeituosos em virtude disso, mas negar que isso faça com que a mesma prática não seja problemática na epistemologia. No entanto, qual seria a diferença importante? Sem dúvida há diferenças, o conceito de conjunto é diferente do conceito de conhecimento, e conceitos matemáticos diferem bastante de conceitos epistêmicos. Mas, há diferenças importantes para o que está sob discussão? O conceito de

conhecimento, tal como o conceito de conjunto, também recebe tratamento formal – como ocorre na lógica epistêmica (cf. Rendsvig & Symons, 2019). Não é como se o tratamento dado pelos matemáticos aos conceitos matemáticos fosse completamente estranho ao tratamento que epistemólogos dão aos conceitos epistêmicos, pelo contrário. Além disso, uma semelhança especialmente importante para essa discussão é que assim como na epistemologia, na matemática a suposição de fundo é a de que, dados os problemas da agenda matemática, interessa saber não só se certas proposições são verdadeiras, mas se são necessariamente verdadeiras. Por tais razões penso que não há qualquer diferença que salve a posição de Rolla desse contraexemplo.

7 Agendas diferentes

Posso concordar com Rolla que seja má política na teorização epistemológica buscar um ajuste exato com qualquer intuição, julgar como necessária a invulnerabilidade a qualquer contraexemplo possível. É o mal do *overfitting*, que pode ocorrer tanto na ciência quanto na filosofia (cf. Williamson, no prelo). Não penso que uma boa teoria filosófica não possa ser contraintuitiva em alguma medida. Porém, essa sensatez metodológica não exige a naturalização da agenda epistemológica, não exige o abandono da MAI ou o desprezo por casos não-familiares. Rolla parece discordar:

É fácil atestar a irrelevância de um contraexemplo remoto para uma tese cientificamente bem fundamentada: a constatação de que podemos imaginar um mundo possível, um cenário hipotético, uma fábula que seja; que contrarie as melhores teorias científicas atuais por nenhum momento sequer tiraria o sono dos cientistas. Algo semelhante, eu sugiro, deve ser considerado na prática epistemológica, pois intuições a respeito de cenários hipotéticos radicalmente distintos dos atuais não devem interferir na empreitada epistemológica. (Rolla, pp. 26-7)

É um erro pensar que conceber um caso em que não-P faça, por si só, alguém ter alguma evidência contra P. Ninguém deveria duvidar do próprio nome por imaginar que poderia ter um nome diferente. Agora, não há erro em pensar que conceber um caso em que não-P faça alguém ter alguma evidência contra uma

proposição da forma “Necessariamente P”.¹¹ Se você de fato consegue conceber que Deus não exista, então você tem alguma evidência, mesmo que pouca, de que não é necessariamente verdade que Deus existe. Assim, se na prática epistemológica estiver em questão uma proposição da forma “Necessariamente P”, que é supostamente implicada por certa teoria, um contraexemplo, mesmo que remoto, será evidência, ainda que fraca ou anulável, contra essa teoria.

Rolla erra ao presumir que o que serve para atestar irrelevância na ciência também serve para atestar irrelevância na epistemologia. Cientistas não estão preocupados com suas hipóteses ou teorias serem verdades necessárias. Não precisam estar. Mas, na epistemologia tipicamente o que está em questão são precisamente proposições da forma “Necessariamente P”. A agenda científica é diferente da agenda epistemológica tradicional nesse aspecto. Essa diferença pode fazer alguns valorizarem mais uma agenda do que a outra. Não há problema nisso. Mas, não é uma diferença que por si só gere uma razão evidencial para que a agenda epistemológica tradicional seja abandonada (ou naturalizada, o que dá no mesmo).

8 Conclusão

Rolla argumentou que o uso da MAI na epistemologia tem degenerado a área por fazer com que filósofos se ocupem de intuições geradas pela consideração de casos não-familiares. Objetei que o uso da MAI, ou de intuições de modo geral, não costuma ou precisa ter esse efeito, e que mesmo que tenha esse efeito, ele não tem as dimensões supostamente preocupantes anunciadas por Rolla, que exigiriam o abandono da agenda epistemológica tradicional. Rolla argumentou também que intuições geradas pela consideração de casos não-familiares, tal como ocorre em usos da MAI entre epistemólogos, não seriam justificção ou evidência. Em particular, não seriam justificção para rejeitamos ou modificarmos teorias epistemológicas. Objetei que o critério de familiaridade para o qual Rolla apela é arbitrário demais para estabelecer esse resultado e que a posição dele teria consequências céticas. Além disso, objetei que uma vez que Rolla deveria reconhecer que há usos da MAI envolvendo casos não-familiares fora da filosofia que não são epistemicamente defeituosos, ele não tem fundamento para

¹¹ Não estou pressupondo que ser concebível que P implica ser possível que P. Estou pressupondo algo mais fraco: que ser concebível que P é evidência falível e anulável de que é possível que P. Para mais discussão, cf. Mallozzi, Vaidya & Wallner (2023).

alegar que usos da MAI envolvendo casos não-familiares na epistemologia são ou precisam ser epistemicamente defeituosos.

Vejo muitas das críticas contemporâneas às intuições, nas quais a crítica de Rolla se encaixa, como o episódio mais recente de uma sequência que começa oficialmente com Hume e seu critério de incineração (segundo o qual seu próprio trabalho também deveria ser condenado às chamas) e que passa pelos positivistas e seu critério de verificação (que teve falha similar). A lição já deveria ter sido aprendida. Empiristas ou naturalistas nunca terão razões evidenciais capazes de estabelecer a agenda filosófica comunitária que desejam. Restam as razões pragmáticas, mas essas dificilmente poderão ter o âmbito ou efeito almejados. Os pudores empiristas ou naturalistas serviram um papel importante, mostraram que não devemos confiar cegamente em intuições ou exagerar seus poderes, e que não podemos ignorar a ciência em diversas questões filosóficas. Intuições são anuláveis, ainda são um tanto misteriosas, e a teorização científica pode ser necessária para resolver alguns problemas filosóficos. Essa lição já foi aprendida. Mas, esse é seu limite e é um limite no qual permanece razoável manter que intuições são epistemicamente indispensáveis para a reflexão filosófica. Indispensáveis seja qual for a questão investigada, sejam quais forem as teorias e casos hipotéticos pertinentes. Algumas vezes são o principal ou único recurso disponível. Não veremos esse papel para as intuições como um defeito da filosofia uma vez que não esperarmos que a filosofia seja algo que ela não é nem precisa ser.¹²

Referências

ALVES, E. 2021. *Raciocínio com falsidades: um ensaio sobre conhecimento inferencial*. Dissertação (mestrado em Filosofia), Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 146 p. 2021.

CARTER, J. A., SOSA, E. Metaepistemology. In: ZALTA, E. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/metaepistemology/>>. 2022.

CHUDNOFF, E. Is Intuition Based On Understanding? In: *Philosophy and Phenomenological Research*, 86 (1): 42-67. 2013.

COHEN, S., COMESAÑA, J. Williamson on Gettier Cases and Epistemic Logic. In: *Inquiry*, 56 (1): 15-29. 2013.

¹² Agradeço ao editor e aos pareceristas anônimos, que motivaram melhorias significativas para o artigo. Agradeço também a Claudio de Almeida.

DEUTSCH, M. *The Myth of the Intuitive: Experimental Philosophy and Philosophical Method*. Nova Iorque: MIT Press, 2015.

DEUTSCH, H., IRVINE, A. D. Russell's Paradox. In: ZALTA, E. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/russell-paradox/>>. 2020.

GOLDMAN, A. Discrimination and Perceptual Knowledge. In: *The Journal of Philosophy*, 73 (20): 771-791. 1976.

HORVATH, J. Mischaracterization reconsidered. In: *Inquiry*, DOI: 10.1080/0020174X.2021.2019894. 2022.

KELLY, T. Moorean Facts and Belief Revision, or Can the Skeptic Win? In: *Philosophical Perspectives*, 19 (1): 179-209. 2005.

KLEIN, P. Useful false beliefs. In: SMITH, Q. (ed.), *Epistemology: New Essays*. Nova Iorque: Oxford University Press. 2008.

MALLOZZI, A., VAIDYA, A., WALLNER, M. The Epistemology of Modality. In: ZALTA, E. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/modality-epistemology/>>. 2023.

PUST, J. Intuition. In: ZALTA, E. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/intuition/>>. 2017.

RENDSVIG, R., SYMONS, J. Epistemic Logic. In: ZALTA, E. (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em <<https://plato.stanford.edu/entries/logic-epistemic/>>. 2019.

ROLLA, G. Contra Intuições. In: *Filosofia Unisinos*, 22 (1), 21-28. 2021.

WILLIAMSON, T. Gettier Cases in Epistemic Logic. In: *Inquiry*, 56 (1): 1-14. 2013.

WILLIAMSON, T. *The Philosophy of Philosophy*. Nova Iorque: Wiley-Blackwell. 2021.

WILLIAMSON, T. *Overfitting and heuristics in philosophy*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

YLI-VAKKURI, J. Semantic externalism without thought experiments. In: *Analysis*, 78 (1): 81-89. 2017.

*Recebido em: 22/09/2023.
Aprovado em: 13/12/2023.
Publicado em: 26/12/2023.*